

**HABEAS CORPUS Nº 515.629 - SP (2019/0169614-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PAULA ALBERNAZ RODRIGUES DA CRUZ**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JONATAS DE OLIVEIRA SOARES (PRESO)**

**DECISÃO**

**JONATAS DE OLIVEIRA SOARES** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Apelação Criminal n. 0041247-78.2018.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Pleiteia a defesa, neste *writ*, **a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 no patamar máximo, a alteração do regime inicial de cumprimento de pena e a substituição da pena.**

**Indefiro o pedido liminar.**

Isso porque a pretendida diminuição da reprimenda imposta ao paciente, nos moldes em que delineados na impetração (com os consectários daí decorrentes), confunde-se com o próprio mérito do *writ*, em evidente caráter satisfativo, de modo que a caracterização do aventado constrangimento ilegal deve ser analisado mais detalhadamente na oportunidade do seu julgamento definitivo.

Devidamente instruídos os autos, dispensei a solicitação de informações. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**